Novos negócios indígenas transformam geração de renda em preservação cultural

Andressa Bueno, João Vitor Fernandes, Luana Sampaio, Mariana Xavier, Renato Cândido e Sofia Costa.



Escultura representando o ritual Aruanã, do povo Iny. Foto: Mariana Xavier.

Sustentabilidade, bioeconomia e pertencimento. Para o mundo corporativo, esses termos remetem às tendências do futuro, mas, para os povos originários, eles são a base dos negócios que garantem a sobrevivência econômica e também cultural.

Segundo dados do IBGE, o Brasil possui 510 mil pessoas indígenas ocupadas e com rendimento no país. Em Goiás, o número passa de 10 mil, e a principal área de atuação é o comércio. Para Rosa Kambeba, ativista indígena do povo Omágua Kambeba, da região do Amazonas, artesã e servidora pública, formada em Administração pela Universidade Federal de Goiás (UFG), o empreendedorismo a partir de ofícios manuais se torna uma alternativa para as aldeias, mas também para quem precisa se mudar para centros urbanos.

Esse foi o caso dela e de seus filhos. Rosa saiu do Amazonas e, há 35 anos, veio para Goiás. Estudou administração na UFG, onde se formou em 2018. Ela conta que o maior desejo, ao entrar no curso, era compreender melhor o universo do empreendedorismo. "Agora eu quero me especializar, eu quero aprender mais, eu quero saber como funciona, principalmente a parte financeira, que a gente tem muita dificuldade. Eu vou fazer o curso para meu próprio aprendizado, de como eu vou trabalhar as vendas do meu artesanato. Porque o indígena, ele faz desde criança, né? É tradição. Passa de tias, avós, netos, bisnetos; ela vai dando sequência nesse projeto dos artesãos", explica.

Rosa Kambeba

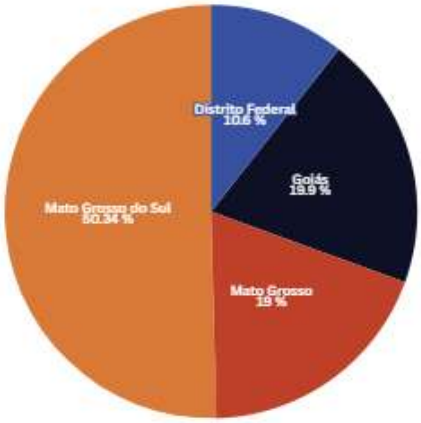
“A primeira pessoa chegou para mim, a professora de economia e me perguntou: ‘Por que que você tá fazendo esse curso? Qual é a sua perspectiva enquanto administradora?’. Eu falei: ‘Professora, eu sou artesã desde criança. Então, eu acredito e confio no meu trabalho, que eu já sou uma empreendedora’”



Rosa Kambeba Foto: João Vitor Fernandes

Entre pinturas em osso, madeira, penas, acessórios, itens para casa, instrumentos musicais, esculturas e tantas outras formas de arte indígena, o trabalho de povos originários injeta mais de **100 milhões na economia do Centro-Oeste** mensalmente. Goiás concentra quase um quinto desse valor, com cerca de **21,2 milhões.**

Rendimento mensal da população indígena no Centro-Oeste



Fonte: IBGE

Made with Flourish • Create a chart

Contrariando a visão estereotipada que rodeia a questão indígena em Goiás, os mais de 10 mil indígenas goianos com ocupações e rendimentos, apresentam uma média salarial de R$2.114,00, valor superior à média salarial do indígena no Brasil, de R$1.647,00. O Estado também tem 31,6% dos indígenas com rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos e uma proporção maior de indígenas na "classe média" da pirâmide. Em comparação, no Brasil, a porcentagem cai para 25,8%.

Rosa Kambeba destaca que, mesmo realizando atividades tão importantes economicamente, os povos originários ainda enfrentam muitas barreiras para a produção e comercialização de seus produtos. "O preconceito ainda existe, principalmente quando as pessoas olham para a gente e falam que nós somos preguiçosos, que somos um atraso para a sociedade".

Outro obstáculo enfrentado é a falta de lugares específicos para a venda de produtos, especialmente para as mulheres indígenas. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, Rosa Kambeba se debruçou sobre esse tema. "É uma dificuldade bem grande para as mulheres que estão em contexto urbano. E eu escrevi sobre isso e venho buscando trabalhar as políticas públicas para que a gente consiga um espaço em Goiânia para fazer as nossas feiras".

Rosa destaca, ainda, duas feiras destinadas a empreendedores originários em Goiânia: A Feira Intercultural da UFG e a Jornada da Cidadania, da PUC Goiás, realizadas anualmente. Além delas, a feira itinerante "Goiás Feito a Mão", que tem por objetivo o comércio e a divulgação de produtos artesanais, também vem ganhando destaque dentro e fora do estado. O projeto fomentou, mais recentemente, a ida de artesãos goianos para o Salão do Artesanato de São Paulo, entre os dias 13 e 17 de maio.



Sinvaldo Wahuka, Gerente de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás, explica que, para expor fora do Estado, é necessário ter o Cartão Artesanato. "Você tem que ter esse cartão de artesanato para você ir para São Paulo e outros lugares. Se você não tem, pode participar aqui, mas não pode ir para fora. A própria Retomada faz, é só você fazer o cadastro e eles emitem o cartãozinho", explica.

Embora haja poucos locais fixos destinados à comercialização em grandes centros urbanos, Rosa Kambeba sempre recomenda que as pessoas indígenas busquem estudo e orientação sobre como viabilizar as vendas.

Em Aruanã, por exemplo, a Aldeia Buridina, do povo Iny-Karajá, adotou o selo Goiás Original, do Sebrae, como uma forma de expandir a comercialização dos produtos, assim como atrair mais visitantes interessados no turismo ecológico e cultural, especialmente a partir da produção das bonecas Ritxokó.

Ritxokó: uma obra de arte que tem história





Bonecas Ritxokó são representadas grafismos específicos para cada fase da vida. Foto: Mariana Xavier

Ritxokó: uma obra de arte que tem história



Bonecas Ritxokó são representadas grafismos específicos para cada fase da vida. Foto: Mariana Xavier



Ilustração de Luana Sampaio

Confeccionadas pelas mulheres Iny Karajá, as ritxokós são bonecas feitas em argila e foram tombadas como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no ano de 2012. De acordo com a cacique Valdirene Mahudiké (primeira cacique mulher do Estado de Goiás), as bonecas representam a ancestralidade feminina de seu povo. Elas foram criadas para as meninas brincarem, passando de geração em geração.



Ilustração de Luana Sampaio

O povo Iny Karajá está situado às margens do Rio Araguaia, dividindo-se em duas aldeias: Buridina, na Terra Indígena I, no centro de Aruanã, cidade turística do interior do estado de Goiás; e BdèBure, na Terra Indígena III, na zona rural do município. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Seds), a população indígena totaliza 250 pessoas em ambos os territórios.

O povo Iny Karajá está situado às margens do Rio Araguaia, dividindo-se em duas aldeias: Buridina, na Terra Indígena I, no centro de Aruanã, cidade turística do interior do estado de Goiás; e BdèBure, na Terra Indígena III, na zona rural do município. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Seds), a população indígena totaliza 250 pessoas em ambos os territórios.



Harawaki Kahereru Karajá é uma das artesãs da aldeia. Ela aprendeu a fazer bonecas observando o trabalho feito por sua mãe. Começou a produção para a venda aos 22 anos, quando morava na Ilha do Bananal, território também pertencente à aldeia, mas relata que a venda era difícil. Quando se mudou para Aruanã, começou a vender no centro cultural indígena da cidade, localizado na entrada da aldeia, onde conseguiu ter um maior retorno financeiro.

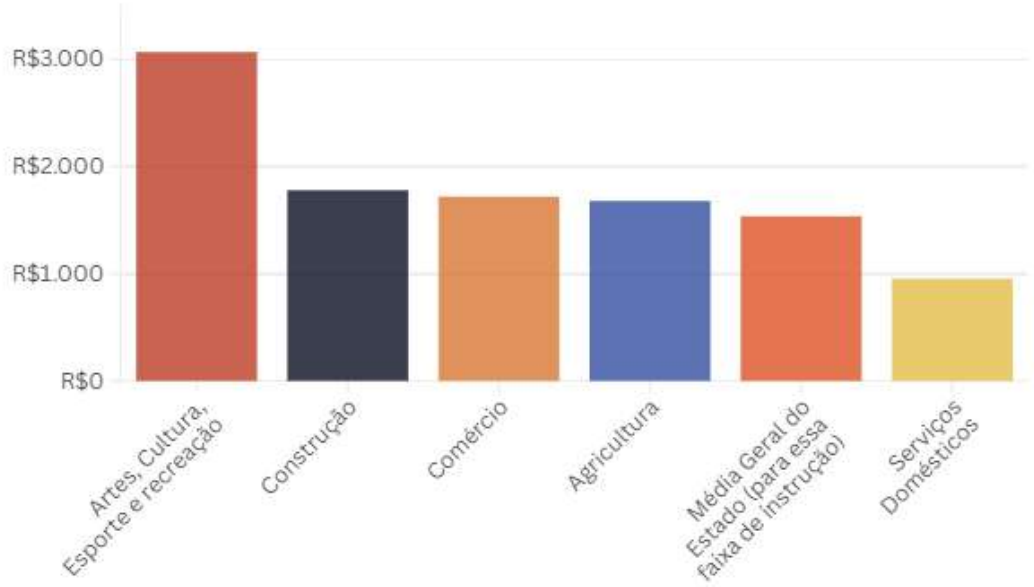


Harawaki produzindo arcos com palha de buriti. Crédito: Mariana Xavier.

Hoje, ela passa o seu aprendizado à filha mais velha. "Pra mim é importante, pra manter a cultura. Daqui pra frente é difícil, né? Cada vez mais os jovens estão perdendo, estou preocupada", conta.

Em maio de 2026, Harawaki participou pela primeira vez de uma feira de artesanato na cidade de São Paulo. Antes de ir, ela relatou que estava ansiosa para a primeira oportunidade de vender seus produtos fora do Estado. A artesã contou que pintou cerca de 40 bonecas para vender. "Chegar lá é o meu sonho, vender fora do Brasil também", conta.

Ocupação e Renda em Goiás - Trabalhadores Indígenas Sem Instrução Formal ou Fundamental Incompleto



Fonte: IBGE

Made with Flourish • Create a chart

“Nossa borduna é a caneta”



Entrada da Aldeia Buridina, em Aruanã. Imagens: Andressa Bueno

A educação foi a alternativa que o povo Iny Karajá conseguiu adotar para fazer o resgate da sua cultura. A cacique Mahudiké relata que seus ancestrais foram prejudicados pela falta de acesso à educação formal. Por causa disso, segundo ela, as gerações mais recentes buscaram conhecimentos fora da aldeia. “O que é conhecimento? Tem os nossos, mas passamos a buscar o do não indígena. Passamos a estudar para poder defender nosso povo. Eu tenho até um primo que fala assim: ‘antigamente nós tínhamos borduna, hoje a nossa borduna é a caneta’”, afirma Valdirene.

Borduna

Arma tradicional indígena de madeira densa, geralmente em formato cilíndrico ou de clava. Usada para ataque, defesa, caça ou rituais, também serve como ferramenta. Muitas vezes, é adornada com trançados de fibras, algodão e grafismos geométricos.





Entrada do Colégio Estadual Indígena Maurehi em Aruanã. Foto: Andressa Bueno.

Rosa Kambeba também destaca a educação como uma das maiores armas de defesa dos povos originários. Ela lembra que a conexão com o ambiente e os saberes ancestrais são bases fundamentais para os povos e, com o desmatamento e a contaminação de terras e rios, ocorre um processo de adoecimento das comunidades.

"Acontece de muitas pessoas cometerem suicídio, os mais velhos ficam doentes, as crianças adoecem, porque a gente vê e não pode fazer nada. (...) Não tem como entrar ali e bater de frente. Não tem como a gente fazer isso. O nosso escape está sendo a universidade", relata.

Além disso, Rosa destaca também a importância de os indígenas conhecerem a história de formação do país, para se apropriarem das narrativas acerca da própria existência: "Porque a gente tem a história sendo contada toda a vida pelo homem branco e a gente não sabe exatamente. E hoje nós buscamos, né? O poder da caneta. Viemos para a escola estudar."

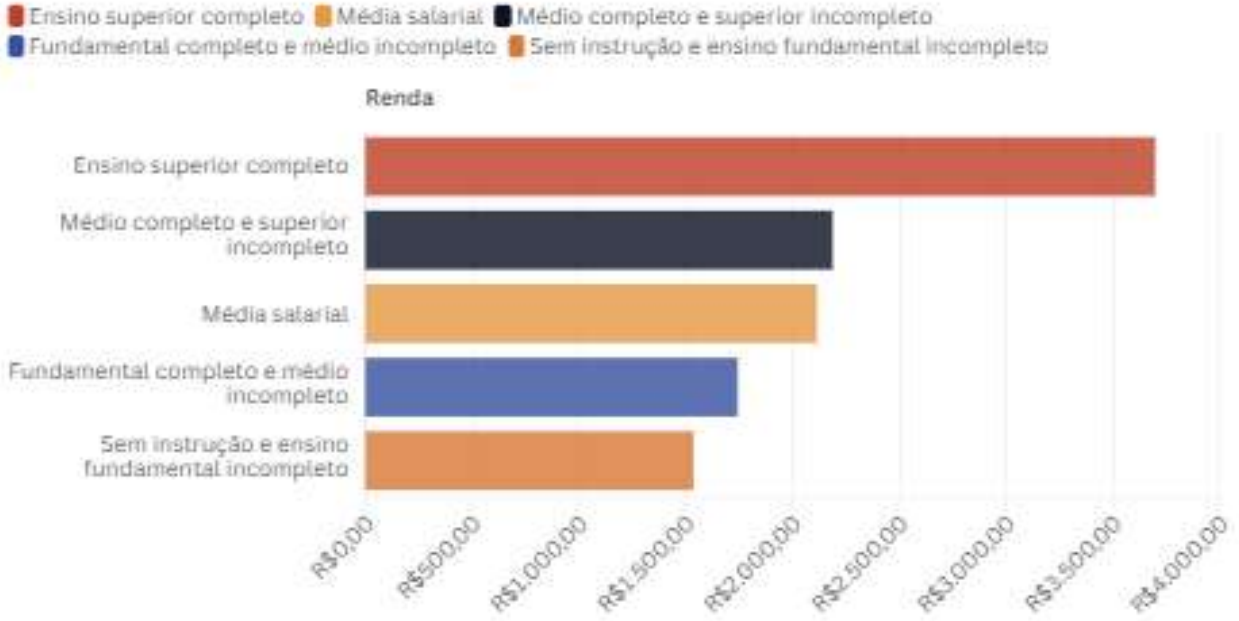
A professora e vice-cacique da aldeia, Claudrice Ibure Assuri, atua no ensino dos saberes dos antepassados no Colégio Estadual Indígena Maurehi, em Aruanã, que funciona dentro da aldeia Buridina. O resgate da cultura vai desde a fala na língua Inyrybè até o ensinamento do artesanato dentro da aldeia. A divisão é por gênero: meninas aprendem a confeccionar bonecas, cestaria, pulseiras e brincos; já os meninos aprendem a fazer arcos, flechas, bordunas, lanças e espadas.



A educação formal se tornou também uma forma de ocupação de espaços e luta por políticas públicas para a comunidade. A cacique Mahudiké lembra que, com muita luta, conquistaram a Unidade de Saúde Indígena da Aldeia Buridina. "Através disso, a gente tem um postinho de saúde com a equipe já montada. A equipe multidisciplinar, que é o médico, o enfermeiro, na parte da saúde, né? Nós já temos aqui dentro." Rosa Kambeba também vê essa busca por espaço e por políticas públicas como uma forma de combater o preconceito e a mentalidade de que os indígenas são "preguiçosos".

Segundo dados do último censo do IBGE, o diploma tem impacto direto na geração de renda da população indígena. Os 1.508 indígenas goianos com ensino superior completo têm uma média salarial de R$3.600,00, valor que supera em mais de dois mil reais o salário médio dos que possuem ensino fundamental incompleto.

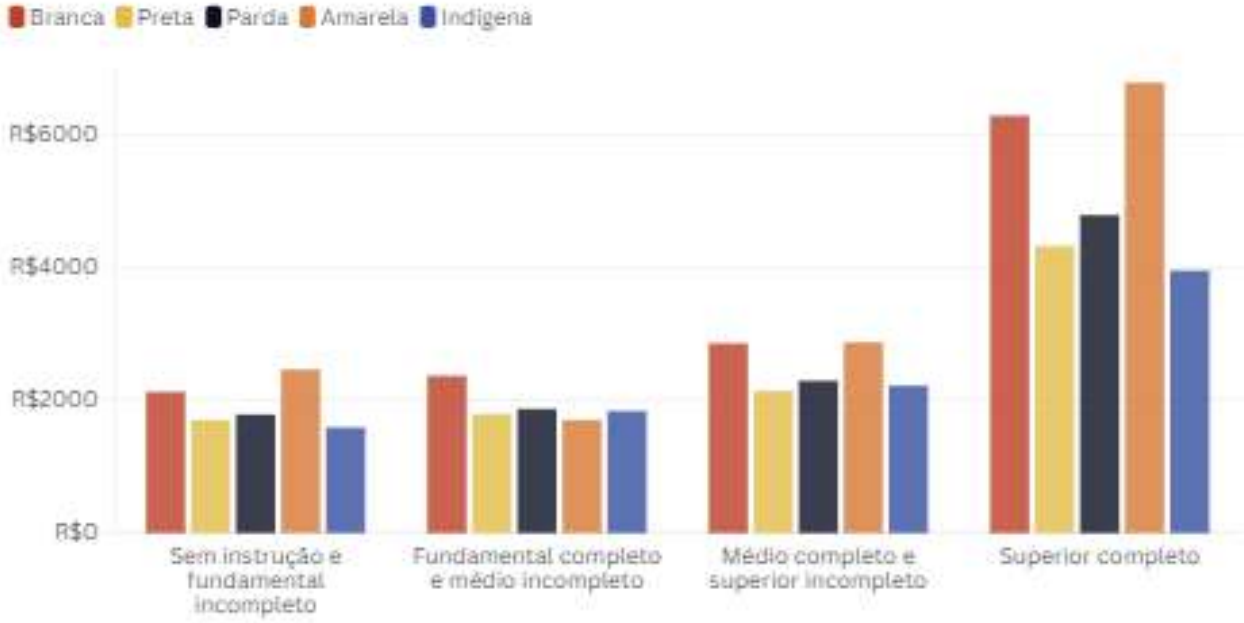
Impacto do diploma na renda dos indígenas goianos



Fonte: IBGE

Made with Flourish • Create a chart

Renda média por escolaridade e cor/raça em Goiás



Fonte: IBGE

Made with Flourish • Create a chart

Empreendedorismo como forma de sobrevivência



Peixes tradicionais do Rio Araguaia e animais do Cerrado talhados em madeira. Imagens: Andressa Duarte

A Cacique Mahudiké relata que, por meio da educação, foi possível que os Iny Karajá conseguissem constituir uma fonte de renda. "Já teve época em que a gente ia para a cidade procurar emprego e não conseguia. Não conseguia pela discriminação, que era muito grande, e que até hoje ainda persiste. Pensam que índio mata, índio rouba, tudo de ruim é o índio, enquanto a gente busca o nosso direito territorial", conta.

Hoje, além de artesãos, os indígenas são professores, profissionais da área da saúde, barqueiros e empreendedores, como a vice-cacique, que também tem uma pastelaria. "A nova geração tá trabalhando de guia turístico, estão montando seus próprios negócios, como a minha pastelaria, o chalé do meu cunhado que trabalha em cima da cultura também, servindo comidas típicas. Tem o bar no Porto da Aldeia, que é da minha prima. Todos eles estão divulgando a nossa cultura, nosso alimento típico, indo além de comercializar artesanato como uma fonte de renda para a comunidade", exemplifica Ibure.



Valdirene Mahudiké. Foto: Mariana Xavier

Valdirene Mahudiké

> "Para a gente não é nem a questão de sobrevivência financeira, mas sim de sobrevivência e da dignidade de um povo, né? De manter a nossa cultura viva, de manter a nossa língua materna oral e escrita, de manter os nossos artesanatos, de não deixar esquecer"

“O rio é uma mãe”

Kahukaxi Javae trabalha há 8 anos como barqueiro, guia turístico, e fazendo aluguel de canoas, tendas, mesas e churrasqueiras durante o período de alta temporada do Rio Araguaia, nos meses de junho, julho e agosto. Para ele, o rio tem uma importância essencial. “O rio na verdade é uma mãe. É dali que nós tiramos nosso sustento”, afirma.



O turismo tem um impacto direto na sua fonte de renda. Kahukaxi relata que, durante a piracema, período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida, a queda na movimentação do turismo resulta na falta da procura pelos seus serviços e diminuição da venda dos artesanatos. “Quando os turistas vêm para a pescaria, acabam vendo nossos artesanatos e fazendo um passeio, aí conseguimos ganhar nosso sustento, mas na baixa temporada cai. Aí a gente tem que caçar outro meio de ganhar dinheiro, né?”, conta.

Kahukaxi também é presidente da Associação Família Tehaluna Wassuri Indígena Iny de Aruanã, que promove auxílio às atividades ligadas à cultura e à arte, assim como serviços jurídicos à comunidade. Ele relata que aprendeu a lidar com a cultura fora da aldeia para conseguir manter sua sobrevivência econômica e cultural como homem indígena em uma cidade turística. "A cultura do homem branco e a cultura do indígena têm que andar de mão dada para que não possam se perder", relata sobre as atividades econômicas desenvolvidas no município.



Barqueiro às margens do Rio Araguaia, em Aruanã. Foto: Mariana Xavier.

Sinvaldo Wakuha destaca que essa coexistência cultural, que envolve a educação formal, a educação indígena e o trabalho, contribui também para que a sociedade compreenda o modo de vida e de sobrevivência dos povos originários. "Nós queremos ajudar a sociedade não indígena, que não conhece a realidade social. A gente trabalha sempre com isso. Vamos sempre ajudar o outro. Esse é o nosso meio de viver por aqui, sabe?"

Degradação



O Rio Araguaia é fundamental na cosmologia Iny, o povo que vem do fundo das águas . Imagem: Andressa Bueno

Mesmo com as Ritxokó sendo consideradas Patrimônio Cultural pelo Iphan, a cacique Maudiké denuncia que existe uma série de dificuldades para a produção das bonecas pela falta da sua matéria-prima mais básica: a argila. "Antigamente, a gente pegava a argila da beira do rio Araguaia; tinha muita argila, em abundância. Ia lá, pegava para as mulheres estarem confeccionando, né? Mas hoje já não se tem mais essa fartura."

Hoje, o material se encontra em falta devido a maquinários que drenam a água do rio para molhar plantações de soja. Com isso, as margens onde antes havia abundância de argila, atualmente estão degradadas. Por consequência, a aldeia depende da argila comprada na cidade de Goiás, a cerca de 170 km de distância, ou da argila branca e vermelha da área 3 da reserva.

O cenário de degradação ambiental, além de retrato da ação criminosa, é também uma forma de violência contra os indígenas. "É como você arrancar algum pedaço da gente. Quando a gente vê o meio-ambiente sendo destruído, vendo as florestas, vendo os peixes morrendo (...). A destruição da natureza mexe com a nossa vivência, porque ela faz parte, a água, a mata, o vento, faz parte da nossa vida cotidiana", explica Rosa Kambeba.

Selo Goiás Original



As bonecas Ritxokó frequentemente são representadas em cenas de maternidade ou ligadas a animais do Cerrado. Foto: Mariana Xavier

As bonecas Ritxokó são uma das obras artesanais mais famosas entre os produtos originários do estado, e são o único produto indígena a receber o selo Goiás Original, do Sebrae Goiás. Segundo Gustavo Toledo, gestor do projeto, a proposta busca identificar empresas com características genuinamente goianas, proporcionando formação e capacitação para os empreendedores, além de posicionamento de marca. Entre as ações do projeto, está sendo desenvolvido um e-commerce para a venda virtual desses artesanatos e para sua divulgação no meio digital.

O projeto surgiu de uma demanda de setores que trabalhavam com artesanato, moda, turismo e alimentos. De acordo com Gustavo, o Goiás Original é um "a mais" para empresas que já participaram de outros projetos dentro do Sebrae. "O Goiás Original veio com essa intenção, de juntar e de ser um guarda-chuva dos outros projetos regionais e, de alguma forma, colocar os sete segmentos prioritários, artesanato, produtos do campo, alimentos e bebidas, moda, música sertaneja, indicações geográficas e experiências turísticas, dentro do mesmo projeto", explica.

Toledo afirma que ter os Iny Karajá junto ao projeto é um privilégio, ainda mais se tratando das bonecas Ritxokó, que são consideradas Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil.



Ilustração de Luana Sampaio

Autores
Andressa Bueno
Mariana Xavier
Renato Cândido
Sofia Costa

Diagramação e Edição
João Vitor Fernandes
Luana Sampaio

Orientação
Prof.ª Dr.ª Mariza Fernandes



Ilustração de Luana Sampaio